



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MESP - POLÍCIA FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/DPF/FIG/PR

Decisão nº 23987430/2022-CPL/SELOG/DPF/FIG/PR

Processo: **08389.001400/2021-70**

Assunto: **Resposta ao Recurso da Empresa LINCE - SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA**

Cuida-se de resposta ao Recurso Administrativo interposto pela empresa LINCE - SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 10.364.152/0003-99, ora denominada Recorrente, referente ao Pregão Eletrônico nº 01/2022, cujo objeto é a contratação de serviços continuados de vigilância armada patrimonial, para a Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu, incluindo suas unidades descentralizadas em Foz do Iguaçu, Guairá e Cascavel - PR, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

1. **DA INTENÇÃO DE RECURSO**

1.1. A Empresa LINCE - SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA registrou intenção de recorrer do resultado, durante prazo previsto, com a seguinte manifestação:

“Prezados Srs., manifestamos intenção de recorrer contra a decisão que aceitou e habilitou a primeira colocada empresa IGUASSEG, tendo em vista que não cumpriu com requisitos de habilitação, em especial a habilitação técnica (atestados). A peça recursal será apresentada dentro do prazo legal”

1.2. Intenção de recurso aceita pela Pregoeira.

2. **DA ADMISSIBILIDADE**

2.1. Nos termos do art. 4º, XVIII da Lei 10.520/2002 e art. 44, caput, do Decreto nº 10.024/2019, declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

2.2. Os prazos limites informados para razões, contrarrazões e decisão, contados a partir do dia 05/07/2022, foram os respectivos: 07/07/2022, 12/07/2022 e 19/07/2022.

2.3. Desse modo, observa-se que a Recorrente encaminhou sua petição, via sistema Comprasnet, no dia 06/07/2022, sendo o presente Recurso tempestivo, permitindo seu conhecimento.

2.4. A empresa recorrida apresentou suas contrarrazões em 12/07/2022 sendo também tempestivas.

3. **DA QUESTÃO RECORRIDA**

3.1. A RECORRENTE alega que a empresa IGUASSEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA não cumpriu com os itens 9.11.1, 9.11.1.8 e 9.11.1.9 do edital licitatório, deixando de apresentar atestados de capacidade técnica que comprovem o mínimo estabelecido, não atendendo aos requisitos exigidos pelo Instrumento Convocatório, pois não comprova o gerenciamento de 17 (dezessete) postos exigidos mediante apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

3.2. Relata, ainda:

3.3. "7. Edital é bastante claro quanto a necessidade de apresentar atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprovem o gerenciamento de pelo menos 17 postos vigilância, não havendo a obrigatoriedade de se comprovar de forma ininterrupta."

3.4. "8. Ocorre que conforme se observa no relatório de atestados de capacidade técnica apresentados pela Recorrida, há a menção de 03 (três) condomínios residenciais, sendo eles: Condomínio Vila B, Villagio Cataratas e Condomínio Maria Teresa, os quais não possuem capacidade jurídica, tratando-se de entes despersonalizados."

3.5. "15. Dessa forma, Sr. Pregoeiro, não há como interpretar o contrário. A recorrida não cumpriu com o item 9.11.1 e seguintes, pois apresentou atestado de capacidade técnica de Contratantes que não possuem personalidade jurídica, descumprindo com a exigência de "atestado (s) fornecido (s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado", expressamente consignado no final do item."

3.6. Diante do exposto a recorrente requer:

a) O recebimento destas razões dando-lhe efeito SUSPENSIVO, eis que tempestivas, sendo devidamente autuadas e processadas na forma da lei;

b) Pelo recebimento das razões de recurso com ulterior inabilitação da empresa IGUASSEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, em razão do não atendimento das cláusulas 9.11.1, 9.11.1.8 e 9.11.1.9 do edital, deixando os atestados de capacidade técnica apresentados pela Recorrida de cumprir com os requisitos mínimos para habilitação, determinando assim o retorno dos autos para a fase de aceitação das propostas classificadas;

c) Seja a ora Recorrente devidamente informada sobre a decisão desta Administração.

4. DAS CONTRARRAZÕES

4.1. A empresa IGUASSEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 07.394.613/0001-08, com endereço na Rua Maximino Tosi, nº 419, Jd. Festugato, na cidade de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná, apresentou suas contrarrazões informando, inicialmente, que "Em apertada síntese, alega a recorrente que alguns dos atestados de capacidade técnica apresentados pela recorrida não poderiam ser aceitos, sendo eles: Condomínio Vila B, Villagio Cataratas e Condomínio Maria Teresa, sustentando a recorrente que os emitentes são condomínios e por esta razão não possuem capacidade jurídica, tratando-se, pois, de entes despersonalizados, considerando que o item 9.11.1 do Edital menciona que o atestado deverá ser prestado por pessoa jurídica de direito público ou privado, concluindo a recorrente que condomínios residenciais não são considerados pessoas jurídica."

4.2. Alega que "Embora o Edital mencione que o atestado de capacidade técnica deva ser emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, não podem os agentes públicos se olvidarem da necessidade de se interpretar a legislação de forma sistemática, analisando a norma levando em consideração o sistema em que ela está inserida. Assim, deve ser verificada a lei, o capítulo, o título, o conjunto normativo (ex: direito civil ou penal), as disposições constitucionais, jurisprudenciais, etc."

4.3. Diante do exposto a recorrente requer:

a) Diante de todo o zelo e o empenho desta digníssima Pregoeira e sua Equipe de Apoio em guardar de forma absolutamente exemplar, o caráter isonômico do procedimento, respeitando os Princípios da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade Administrativa, e da Supremacia do Poder Público, requer-se a improcedência dos pedidos formulados pela empresa Recorrente, bem como seja MANTIDA a habilitação da Recorrida, por medida de inteira JUSTIÇA.

5. DA ANÁLISE DO MÉRITO

5.1. Inicialmente, cabe frisar que os julgados da administração pública estão embasados nos princípios insculpidos no art. 3º da Lei 8.666/93, conforme segue:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”

5.2. Tal disposição é corroborada pelo disposto no Decreto nº 10.024/2019:

“Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.”

5.3. A habilitação é a fase do procedimento licitatório destinada a averiguar as condições dos interessados em contratar com a Administração, na qual se verifica se eles reúnem condições jurídicas, fiscais, técnicas e econômico-financeiras para executar o objeto pretendido e se cumprem o disposto no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição da República.

5.4. Entre as exigências cabíveis para fins de comprovação da qualificação técnica, a Lei nº 8.666/93 prevê a "comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, (...)", sendo que, **"no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, (...)"** (art. 30, inc. II c/c § 1º).

5.5. A partir da interpretação dos dispositivos acima, pode-se dizer que os atestados têm a finalidade de comprovar para a Administração Pública, por intermédio de um documento subscrito por terceiro alheio à disputa licitatória, de que o licitante já executou o objeto licitado em outra oportunidade e a referida execução foi a contento, o que gerará confiança e segurança à Administração licitadora de o aludido licitante possuir expertise técnica. Neste sentido, Joel de Menezes Niebuhr descreve que a “Administração Pública, ao avaliar a qualificação técnica dos licitantes, pretende aferir se eles dispõem dos conhecimentos, da experiência e do aparato operacional suficiente para satisfazer o contrato administrativo.”.

5.6. Portanto, a apresentação de atestados visa demonstrar que os licitantes já executaram, anteriormente, objetos compatíveis em características com aquele definido e almejado na licitação. A finalidade da norma é clara: resguardar o interesse da Administração, a perfeita execução do objeto da licitação, procurando-se, com a exigência de demonstração de capacidade, preservar a competição entre aqueles que reúnam condições de executar objeto similar ao licitado.

5.7. Por todas estas razões, os agentes públicos, ao examinar os documentos, devem se pautar nos princípios da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório, do formalismo moderado, da razoabilidade, da proporcionalidade, da busca pela verdade material, da ampla competitividade, dentre outros.

5.8. Em respeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório (arts. 3º e 41 da Lei nº 8.666/93), a regra é que os licitantes apresentem documentação capaz de refletir, desde logo, o atendimento das condições estabelecidas pela Administração no edital. No entanto, tendo como finalidade privilegiar a competição mediante a manutenção na disputa de licitantes que tenham entregue documentação omissa/incompleta, a Lei de Licitações legitima a realização de diligências. É o que estabelece o seu art. 43, § 3º, pelo qual "é facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.”

5.9. À luz desse dispositivo, cabe à Administração solicitar maiores informações a respeito do documento apresentado, quando este, por si só, não for suficiente para comprovar o atendimento das condições fixadas no edital. A finalidade da diligência é possibilitar que o pregoeiro, a comissão ou a autoridade competente possam reunir todas as informações necessárias a fim de que possa tomar a melhor decisão, isto é, a mais segura e adequada. Com isso, sempre que se entender necessário esclarecer ou

complementar dados e informações, poderá ser determinada a diligência em qualquer fase ou etapa da licitação.

5.10. Ao tratar do tema, o TCU, no Acórdão 2873/2014-Plenário, expõe que "Não cabe a inabilitação de licitante em razão de ausência de informações que possam ser supridas por meio de diligência, facultada pelo art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, desde que não resulte inserção de documento novo ou afronta à isonomia entre os participantes."

5.11. No Acórdão 747/2011-Plenário, o TCU manifestou o seguinte entendimento sobre o tema "É adequada a diligência efetuada para esclarecimento de atestado de capacidade técnica."

5.12. De posse das informações contidas nas peças apresentadas pelos licitantes, passaremos à análise do mérito do recurso apresentado pela empresa LINCE - SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA.

5.13. Para fins de habilitação no certame, quanto à capacidade técnica operacional, inicialmente a empresa IGUASSEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA apresentou 11 (onze) atestados e contratos que deram origem aos mesmos, incluindo os emitidos pelos Condomínios Residenciais Vila B e Villagio Cataratas. Tendo em vista que a empresa não conseguiu comprovar a quantidade de postos conforme disciplinado no Edital, foram realizadas diligências e oportunizado prazo para que o licitante encaminhasse documentos complementares. Assim, foram apresentados mais 6 (seis) atestados/contratos/notas fiscais, dentre esses, os emitidos pelos Condomínios Maria Teresa e Terras Alpha, conforme resumo abaixo:

ATESTADO	PERÍODO	POSTOS
Condomínio Vila B	01/07/2008 a 31/01/2022	4
Condomínio Villagio Cataratas	13/01/2011 a 22/06/2022	1
Condomínio Maria Teresa	16/09/2009 a 10/06/2016	2
Condomínio Terras Alpha	01/03/2011 a 01/03/2013	2

5.14. Importante destacar, mais uma vez, que o exercício da função administrativa deve obediência ao princípio da legalidade, o qual é a diretriz básica da conduta dos agentes públicos, e que significa que toda e qualquer atividade administrativa deve ser autorizada por lei, em outras palavras, o administrador público só pode atuar onde a lei permite.

5.15. Por determinação expressa do § 1º do art. 30 da Lei nº 8.666/93, os atestados em questão poderão ser fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado. Portanto, o que importa, segundo o critério legal, é a efetiva demonstração da capacidade técnica do licitante para executar objeto semelhante ao licitado, independentemente da natureza da pessoa jurídica que veio a fornecer o atestado. De igual sorte, também de acordo com o critério legal, fica excluída a possibilidade de a Administração responsável pelo certame aceitar atestados emitidos por pessoas físicas ou restringir a aceitação somente de atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público, por exemplo.

"Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

(...)

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

(...)"

5.16. Verifica-se que a intenção do legislador, quando da redação do art. 30, §1º, da Lei n. 8.666/93, foi de estabelecer que a capacitação técnica operacional fosse comprovada por meio de atestado fornecido por pessoa jurídica, ou seja, ato declaratório do contratante enquanto pessoa jurídica.

5.17. Esclarecemos, ainda, que foi utilizado o modelo de Edital e anexos disponibilizados pela AGU, que dispõe sobre a Qualificação Técnica:

"9.11.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades (mínimo de 17 postos) e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado."

5.18. O Código Civil dedicou detalhados artigos ao condomínio edilício, do 1.331 a 1.358 diferindo-o do condomínio comum, do artigo 1.314 a 1.330. Contudo, o artigo 44 do CC-2002 elenca as pessoas jurídicas de direito privado, excluído o condomínio edilício:

"São pessoas jurídicas de direito privado: I — as associações; II — as sociedades; III — as fundações; IV — as organizações religiosas; V — os partidos políticos; VI — as empresas individuais de responsabilidade limitada."

5.19. Nesse sentido, entendo que não cabe à Administração, a seu livre arbítrio, ampliar o entendimento do art. 30, §1º, da Lei n. 8.666/93, concluindo-se pela ausência de fundamento legal que autorize a Administração aceitar atestado de qualificação técnica que não tenha sido emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

5.20. Dessa forma, com todos os atestados apresentados, a empresa comprovou o gerenciamento do quantitativo mínimo de postos, ou seja, durante o período de 46 (quarenta e seis) meses, houve comprovação de 17 a 26 postos.

5.21. Contudo, excluindo-se os atestados emitidos pelos Condomínios Residenciais Vila B, Villagio Cataratas, Maria Teresa e Terras Alpha, totalizando 9 (nove) postos, a empresa IGUASSEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA não atende o disposto no item 9.11.1.9 do Edital, ou seja, não comprovou o gerenciamento de 17 (dezessete) postos pelo período de 3 (três) anos.

6. DA DECISÃO

6.1. Diante do exposto, com fundamento no inciso VII do art. 17 do Decreto 10.024/2019, esta pregoeira recebe os recursos e contrarrazões, e entende como PROCEDENTE as alegações da RECORRENTE, de modo que ensejam, após a análise das questões aludidas, a desclassificação da proposta ora vencedora do Pregão nº 01/2022-DPF/FIG/PR.

6.2. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante do Edital do PE nº 01/2022.

6.3. No entanto, diante da procedência do recurso impetrado pela recorrente EQUIP SEG INTELIGENCIA EM SEGURANCA LTDA e, conforme autorizado pelo Senhor Chefe da Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu/PR, o Pregão Eletrônico nº. 01/2022 será ANULADO, com nova publicação, nos mesmos termos do Edital nº 01/2022.

Foz do Iguaçu/PR, 19 de julho de 2022.

LÍVIA MARIA BIZZOTTO CORRÊA

Pregoeira

CPL/SELOG/DPF/FIG/PR



Documento assinado eletronicamente por **LIVIA MARIA BIZZOTTO CORREA, Pregoeiro(a)**, em 19/07/2022, às 14:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **23987430** e o código CRC **65EF76D2**.

